

# Quadro sombrio

Com a inflação em patamar superior aos 41 por cento, a crise econômica segue adiante sem dar sinal algum de que reagirá favoravelmente aos instrumentos de contenção há tempos utilizados pelo Governo. O sistema de reajustes de preços cinco por cento abaixo da inflação do mês anterior, por meio de deliberações em câmaras setoriais, revelou-se inteiramente inócuo. O único resultado conseguido, até agora, reside na quebra da intensidade inflacionária, isto é, na sustentação de um incremento em torno de três por cento ao mês. Há, contudo, mínimas possibilidades de o Governo chegar ao final de seu mandato, em 15 de março, com uma inflação inferior a 50 por cento.

As ações de política monetária, fundadas em altas taxas de juros, por sua vez não se revelaram eficientes para manter em rédeas curtas a expansão dos preços. Se, por um lado, há retração da demanda, por causa do desvio das poupanças na direção do mercado financeiro, de outro a excessiva remuneração dos capitais atraídos para a especulação redimensionou o montante do déficit público. Como o deságio nas contas oficiais responde, em parte substancial, pelo descontrole inflacionário, segue-se que a política monetária em curso em nada contribui para a estabilidade dos preços.

No plano externo, o Governo decretou moratória a partir de setembro, quando parcelas de juros da ordem de 2,3 bilhões de dólares deixaram de ser pagas e o vencimento de outros compromissos não foram honrados. Não se trata, evidentemente, de suspensão oficial das remessas ao exterior de recursos à conta da dívida externa, mas os efeitos práticos são os mesmos de uma moratória publicamente admitida. Os ingressos de capitais externos para investimentos de risco, há tempos em processo veloz de declínio, minguiaram por completo. Até mesmo as contas relativas às operações com agências internacionais de ajuda oficial, como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, são desfavoráveis ao Brasil. Este ano, o resgate de compromissos junto a essas entidades superaram em 500 milhões de dólares os recursos entrados no País, inferiores a 1,5 bilhão de dólares.

Ainda na dimensão externa, o quadro de

dificuldades foi avivado pela monumental fraude apurada nas importações, no período iniciado em 1977. Já se sabe que, a título de pagamento por importações fictícias, lançadas em documentos do Banco Central adulterados por uma quadrilha de falsários, ascendem a mais de 700 milhões de dólares os saques criminosos sobre as reservas cambiais.

Para completar o panorama sombrio das finanças públicas, a proposta orçamentária para 1990, em fase de exame no Congresso Nacional, transformou-se em um documento bandalho, completamente desfigurado, depois de receber nada menos de nove mil emendas. Estraçalhado para abrigar o comprometimento de receitas segundo o interesse pessoal de parlamentares, o Orçamento, já elaborado com gravíssimas distorções pelo Poder Executivo, transformou-se em uma peça inexequível. O princípio da vinculação dos recursos a despesas específicas, ao invés de privilegiar os setores básicos da administração - Educação, Saúde, Energia, Transportes, Agricultura, Ciência e Tecnologia -, concedeu prioridade a áreas marginais, selecionadas para render dividendos políticos.

Com semelhante balbúrdia orçamentária, não será viável, no próximo ano, um mínimo de racionalidade na manipulação dos recursos públicos, sem contar com as restrições inscritas na Carta Constitucional relativas às disponibilidades deferidas à União para os seus encargos específicos. Não se tem notícia de qualquer projeto de lei complementar, salvo a própria proposta de Orçamento, de hierarquia ordinária, para estabelecer as fronteiras da competência entre a União, os Estados e os Municípios, conforme a descentralização consagrada na Constituição a pretexto de restabelecer a autonomia federativa.

Curioso é que, diante de perspectivas tão caóticas, a campanha eleitoral marcha para o seu turno decisivo sem incorporar, na fala dos candidatos, uma referência às fórmulas para superar a desordem reinante. Ao contrário, avolumam-se as promessas à moda panglossiana, como se o futuro não fosse a projeção do presente, no caso, marcado pela mais profunda crise econômica da história brasileira.